

A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização

*Milton Santos' theory of the circuits of urban economy:
from its appearance to its update*

Regitz Montenegro Marina¹

Recibido: abril 2011 / Aceptado: octubre 2011

Resumen

El fuerte avance de la urbanización y sus consecuencias en el Tercer Mundo, en la segunda mitad del siglo XX, fueron acompañados por la aparición de diferentes interpretaciones teóricas, entre las cuales se destaca la teoría de los dos circuitos de la economía urbana en los países subdesarrollados propuesta por Milton Santos en la década de 1970. Con este trabajo se quiere reflexionar sobre esta teoría. En primer lugar, se analiza el contexto de aparición de esta teoría, así como las interpretaciones teóricas con las que dialogó. En un segundo momento, nos fijamos en las diferentes reflexiones sobre la teoría de los circuitos y en sus varias aplicaciones. Por último, destacamos los esfuerzos de su actualización hechos en el Brasil contemporáneo.

Palabras clave: Circuitos de la economía urbana; países subdesarrollados; urbanización; aplicación; actualización.

Abstract

The strong advance of urbanization and its consequences on the Third World, in the second half of the Twentieth century, were accompanied by the appearance of different theoretical interpretations, among which is the theory of two circuits of urban economy in underdeveloped countries proposed by Milton Santos 1970s. The aim of this work is to reflect on this theory. First of all, the context of the emergence of this theory is analyzed, as well as the theoretical interpretations with which it was discussed. Second, the different reflections about the theory of the two circuits and its applications were considered. At last, the efforts to their update made in contemporary Brazil were highlighted.

Key words: Circuits of urban economy; underdeveloped countries; urbanization; application; update.

¹ Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo (SP)-Brasil. Correo electrónico: montenegromarina@hotmail.com

1. Introdução

A partir de meados do século XX, a intensificação do processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, caracterizou-se, dentre outros fatores, pelas grandes limitações na capacidade empregatícia por parte de setores intensivos em capital e pela proliferação da pobreza e de uma gama de atividades urbanas de baixa produtividade que acolhiam grande parte da força de trabalho que se multiplicava nas cidades desses países.

A conformação dessa nova realidade urbana e social suscitou o surgimento de diferentes interpretações teóricas sobre o processo de urbanização do Terceiro Mundo e suas características. Neste contexto, emergiu a teoria da modernização que postulava a diferenciação entre dois setores distintos nos países periféricos: de um lado um setor moderno e, de outro lado, um setor tradicional. Tal modelo dualista, no qual reside a origem da categoria de setor informal, assumiu progressivamente o valor de paradigma para pensar as realidades urbanas dos países subdesenvolvidos e foi contraposto por diferentes abordagens, dentre as quais se destacou a teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos de Milton Santos (1975).

Tal teoria, que propunha uma análise da urbanização do Terceiro Mundo levando em conta tanto sua dimensão histórica como a especificidade de seu espaço, foi objeto de diversas reflexões e operacionalizações de pesquisadores de diferentes países desde a década de 1970. Face ao potencial analítico abrigado pela

mesma, observa-se atualmente um esforço em retomar e atualizar a teoria face aos novos processos que permeiam os circuitos da economia urbana no período da globalização.

Pretendemos, neste trabalho, analisar o contexto de surgimento da teoria dos dois circuitos da economia urbana, atentando, ao mesmo passo, às diferentes interpretações teóricas com as quais dialogava neste período de intensificação do processo de urbanização dos países subdesenvolvidos. Visamos ainda destacar as diferentes operacionalizações derivadas desta teoria e os recentes esforços realizados no Brasil para sua atualização.

2. O contexto de surgimento da teoria dos circuitos da economia urbana: O processo de urbanização do Terceiro Mundo e suas implicações

Em meados do século XX, grande parte dos países periféricos passou por uma forte aceleração do processo de urbanização que, em muitos casos, foi acompanhado também do processo de metropolização. Entre 1950 e 1960, a taxa de crescimento urbano nos países pobres foi 4,8%, enquanto nos países ricos foi 2,3% no mesmo período; entre 1970 e 1980 a taxa de crescimento urbano continuava bastante elevada no primeiro conjunto de países: 4,1%; ao passo que nos países desenvolvidos já havia declinado para 1,3% (Silveira, 2008). Esse processo de avanço da urbanização nos países do Terceiro Mundo durante as décadas de 1960 e 1970 não pode ser compreendido sem

levarmos em conta o forte crescimento demográfico e o aumento da população economicamente ativa em suas áreas rurais e urbanas, os quais, combinados a outros fatores, contribuíram para o avanço dos fluxos migratórios para as cidades.

Nas áreas urbanas de alguns desses países, verificava-se nesse período a chegada da indústria e a conseqüente modernização de determinadas parcelas de sua atividade econômica. Todavia, não devemos associar completamente o processo de urbanização dos países subdesenvolvidos à sua industrialização posto que a urbanização da sociedade e do território antecedeu em muito a industrialização desses países e, ademais, muitas de suas cidades nem foram atingidas pelo processo de industrialização (Silveira, 2008). De todo modo, a evolução da urbanização e a instalação das modernizações nos países subdesenvolvidos não foram acompanhadas por um aumento na demanda de mão-de-obra.

As populações urbanas em ascensão dos países periféricos deparavam-se então com grandes limitações na capacidade de absorção da força de trabalho por parte de setores intensivos em capital, como a grande indústria no caso dos países em que esta se fazia presente. Este cenário provocou, por sua vez, por um lado, uma forte 'crise do emprego' e, por outro, a proliferação de uma gama de atividades urbanas de baixa produtividade que acolhiam grande parte da força de trabalho (McGee, 1977).

Logo, as grandes cidades dos países periféricos, que foram se tornando cada vez mais populosas a partir das décadas

de 1960 e 1970, assumiram a forma de enormes conurbações. Não obstante, essa intensa expansão urbana não foi acompanhada da provisão de bens e serviços universais; as maiores cidades passaram a abrigar grandes distorções na esfera do consumo coletivo e no bem-estar público, criaram-se disparidades extremas e problemas de acesso desigual para os pobres urbanos e para a classe trabalhadora.

Ao mesmo passo conformava-se um modelo econômico mundial entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos sustentado, por um lado, em padrões de convergência no consumo e na circulação e, por outro lado, em padrões de divergência na esfera da produção expressa na divisão internacional do trabalho (Armstrong e McGee, 1985). No caso brasileiro, desde a década de 1930 já se assistia à aceleração do processo de urbanização, combinado ao avanço das correntes migratórias e a uma política de industrialização por parte do Estado nacional. No fim da década de 1970, a porcentagem da população urbana no país já alcançava 70%, o que implicou paralelamente o agravamento das contradições nas cidades, mas também no meio rural.

O contexto em questão suscitou o início das reflexões teóricas sobre o processo de urbanização do Terceiro Mundo e suas características, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento econômico. Face à combinação do crescimento da força de trabalho nas áreas urbanas com uma verdadeira 'crise do emprego', emergiu certa inquietação no debate internacional a respeito do 'problema do emprego' nos

países subdesenvolvidos (McGee, 1977). Conformou-se, na realidade, uma conjuntura de preocupação com a incapacidade de geração de oportunidades salariais nesses países e com o fato de muitas pessoas encontrarem-se empregadas essencialmente em atividades familiares ou de pequena escala. A este quadro somava-se a tomada de consciência do fracasso do modelo de integração apoiado no desenvolvimento industrial, diante do forte aumento da pobreza urbana e do sub-emprego massivo nos países do Terceiro Mundo.

Conforme assevera Slater (1982), a introdução da tecnologia intensiva em capital nos países do Terceiro Mundo entre 1950 e 1960 contribuiu mais propriamente ao crescimento do desemprego e do sub-emprego urbano do que para o incremento da força de trabalho ocupada na indústria, a qual decresceu ou se manteve estática no período.

3. Estado da arte da reflexão no período: das interpretações do processo de urbanização dos países subdesenvolvidos ao modelo dualista

Diante da nova realidade urbana e social dos países periféricos que se configurava já no início da segunda metade do século XX, impôs-se crescentemente a necessidade de formulação de teorias para interpretar a especificidade do processo em andamento, assim como para fazer frente à transposição de teorias elaboradas para o mundo desenvolvido às realidades dos países subdesenvolvidos (Silveira, 2008).

Dentre as últimas, destacou-se, sobretudo a proposta das etapas de desenvolvimento de Rostow (1974) como solução para os países pobres. Inicialmente restrita à análise do sítio e da situação na reflexão sobre o urbano, a Geografia adentra mais propriamente o debate sobre as relações entre os processos de urbanização e o subdesenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960, época em que a prosperidade dos países industrializados contrastava crescentemente com a pobreza do Terceiro Mundo (Claval, 1995).

Segundo Santos (1975), as primeiras abordagens teóricas sobre a urbanização e sobre a economia urbana dos países subdesenvolvidos datam da década de 1950, com os trabalhos de Redfield e Singer (1954), Sjoberg (1960) e Hoselitz (1960). Estes autores elaboraram conceitos como o de primazia urbana, *over urbanization* e cidade pré-industrial; os quais logo assumiram um valor de paradigma na reflexão sobre a urbanização dos países subdesenvolvidos. Contudo, as pesquisas efetuadas nas décadas de 1960 e 1970 já evidenciavam o baixo poder explicativo dessas teorias, muitas vezes sustentadas em comparações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e a ausência de conhecimento efetivo sobre os processos específicos do Terceiro Mundo (Santos, 1978). Destaca-se nesse período o trabalho de McGee (1967), uma vez que o autor que propôs o termo ‘pseudo-urbanização’ para descrever os processos de urbanização das cidades asiáticas. Em obra do início da década de 1970, intitulada *The Urbanization Process in the Third World: Explorations in Search*

of a Theory (1971), McGee se aprofunda na reflexão sobre as diferenças e especificidades do processo de urbanização do Terceiro Mundo¹.

De todo modo, no fim dos anos 1960, já se reconhecia o fracasso da aplicação dos modelos de desenvolvimento no Terceiro Mundo, como o modelo 'etapista' de Rostow, e evidenciava-se que a industrialização da periferia não garantiria a superação das desigualdades. Tomava-se consciência nesse período que a combinação de elementos do processo de urbanização no Terceiro Mundo distanciava-se bastante dos modelos de desenvolvimento ortodoxos: a proliferação das atividades de baixa produtividade nas cidades e a persistência da pobreza questionavam o *savoir-faire* do desenvolvimento convencional (Armstrong e McGee, 1985).

Nesse contexto, emerge uma teoria da modernização, nascida em realidade na sociologia, que postulava a diferenciação entre dois setores distintos nos países periféricos: de um lado um setor moderno e, de outro lado, um setor tradicional. A partir desta abordagem, configurou-se um modelo dualista que logo assumiu o valor de paradigma (Kuhn, 1962) para pensar as realidades urbanas dos países subdesenvolvidos, no qual encontramos a origem da categoria de setor informal, como veremos a seguir.

As teorias dualistas fundaram-se, em sua origem, tanto em explicações sociológicas como em termos econômicos. Dentre os estudos que se apoiaram em abordagens dualistas, destaca-se a pesquisa de Boeke (1953) na Indonésia, a partir da qual o autor propõe a presença

de dois setores diferenciados nos países subdesenvolvidos: a presença de organizações capitalistas ocidentais 'importadas' (minas, campos de petróleo e refinarias, grandes indústrias e atividades de transporte e comércio associadas a essas operações) em contraposição às organizações 'pré-capitalistas' locais, como a pequena agricultura camponesa, o artesanato e a micro indústria. Para Boeke, os níveis de técnica, produtividade e renda seriam reduzidos no primeiro setor e altos no segundo.

Já as origens da vertente econômica do modelo dual remontam à obra de Lewis (1954) que elaborou um modelo no qual se tem, por um lado, um setor moderno composto geralmente por plantações e/ou minas, e ao qual é inerente o dinamismo para o desenvolvimento, e por outro lado, um setor tradicional estagnado, caracterizado pelo sub-emprego de uma mão-de-obra excedente.

Geertz (1963), por sua vez, inspirado por sua pesquisa em Java, traz a idéia de uma *firm centred economic sector* em contraposição a *bazaar economy*. Já Edwards (1979) propõe uma teoria da segmentação do mercado de trabalho urbano fundamentada na distinção entre um mercado primário e um mercado secundário. No primeiro, os trabalhadores seriam bem-pagos, teriam estabilidade e possibilidade de ascensão social; enquanto no segundo predominariam condições opostas.

Armstrong e McGee (1968) propõem no fim da década de 1960 um *linkage* entre dois sistemas – denominados 'capitalismo' e 'não-capitalismo' – em coexis-

tência nos países do Terceiro Mundo. Estes seriam definidos, respectivamente, ou pelo emprego assalariado ou pelo *self-employment*. Em obra posterior (1985), os próprios autores reconhecem que essa abordagem apresenta problemas teóricos e empíricos, uma vez que não capta a interação entre os dois sistemas que, em realidade, são partes de uma única relação.

Contudo, dentre as propostas de análise da economia urbana dos países subdesenvolvidos, aquela que encontrou maior destaque, maior visibilidade e uma ampla adesão no plano internacional foi incontestavelmente a abordagem do setor informal. A noção de setor informal emergiu desta tradição dos modelos dualistas de análises das estruturas das economias do Terceiro Mundo, desenvolvida por autores como Boeke (1953) e Lewis (1954). O aparecimento da expressão ‘setor informal’ é geralmente atribuído ao relatório, do início da década de 1970, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Quênia (*‘Rapport Kenya’*, ILO, 1972). Neste são definidas as seguintes características para o setor informal: facilidade de acesso à atividade; utilização de recursos locais; propriedade familiar da empresa; escala de atividade reduzida; uso de técnicas que privilegiam o recurso à mão-de-obra; qualificações adquiridas fora do sistema oficial de formação; e presença de mercados concorrenciais e sem regulamentação.

Ainda no início da década de 1970, Hart (1973) emprega o adjetivo ‘informal’ de forma distinta, definindo a renda informal como a renda complementar tornada necessária à unidade doméstica

diante do baixo nível dos salários, dos limites da solidariedade familiar e do recurso ao crédito nos países subdesenvolvidos. Desde então, distinguem-se duas linhas de pesquisa constantemente presentes nos diferentes estudos sobre o setor informal: a análise ao nível da unidade de produção e a análise ao nível da unidade familiar. A primeira, adotada pela OIT, passa a ser utilizada por governos e instituições internacionais para ‘medir’ e planejar a evolução do setor identificado como informal nos países subdesenvolvidos.

Na análise dos problemas estruturais de absorção da mão-de-obra nas cidades do Terceiro Mundo, adotou-se assim progressivamente um modelo dualista que fazia a distinção entre um ‘setor formal’ e um ‘setor informal’. Destarte, o setor informal tornar-se-ia um objeto legítimo de políticas e de pesquisas (Lautier, 1994). Consolidou-se progressivamente, deste modo, uma vertente que considerava que o problema dos países subdesenvolvidos não era o desemprego, mas o setor informal. Conforme questiona Silveira (2008: 23), não “(...) *estará aqui o início de uma distorção de método?*”.

De todo modo, o paradigma do setor informal se impôs e para defini-lo surgiram duas grandes linhas de análise apoiadas em critérios distintos: o critério do tamanho da unidade de produção e o critério do não-respeito à lei (Lautier, 1994). No que diz respeito à visão do setor informal promovida pelas instituições internacionais, em especial pela OIT e pelo Banco Mundial, pode-se destacar dois momentos. Em uma primeira fase,

que vai do início da década de 1970 até meados da década de 1980, o setor informal era visto tanto como um obstáculo ao desenvolvimento, como um campo de estratégias de sobrevivência, estando uma fração das empresas que o compunham destinada a ser formalizada. Já em uma segunda fase, a partir da década de 1980, o setor informal passa a ser visto como uma fonte de renda e de empregos graças ao seu dinamismo e flexibilidade em períodos de crise e frente ao aumento da pobreza.

No início da década de 1970, Quijano (1972) propõe outra linha teórica, ao afirmar que a reestruturação das classes sociais urbanas em situação de desenvolvimento dependente implicaria o aumento de uma população marginal. A teoria da marginalidade emerge assim como uma alternativa ao paradigma do setor informal que se afirmava crescentemente na época².

No entanto, desde o fim década de 1970, certos autores, como Slater (1982) e McGee (1977), passaram a questionar efetivamente o uso da categoria de setor informal. Ao analisar as características de uma porção da população das cidades do Terceiro Mundo engajada em atividades familiares e em pequenos negócios, definida como protoproletariado, McGee (1977) atenta para as limitações da abordagem dualista fundamentada na dicotomia tradicional – moderno. Para o autor, esta abordagem tende a associar a sociedade ‘tradicional’ a uma cultura estática e homogênea em oposição à sociedade ‘moderna’; ainda que a primeira envolva os mais criativos usos e adaptações de

diferentes tecnologias. Já segundo Slater (1982), as objeções ao modelo dual residem em diferentes fatores: abordado em termos sociológicos ou econômicos, esse modelo é estático e a-histórico, uma vez que não outorga história ao chamado ‘setor tradicional’; além disso, o modelo falha ao não examinar as interações entre os ditos setores da sociedade, reduzindo-os ao fluxo de mão-de-obra de um para outro, e estabelecendo duas sociedades separadas com leis de movimento completamente distintas. Ademais, conforme coloca Slater (1982), o modelo dualista se ausenta de uma análise das próprias causas das desigualdades.

Assim como McGee e Slater, Santos já havia manifestado sua insatisfação com os modelos dualistas e com o par formal-informal em algumas obras (1971, 1975, 1976) da década de 1970. Para Santos (1976), a noção de organização informal, enquanto oposição à organização formal, fundamenta-se no conceito de racionalidade de Weber, segundo o qual, apenas uma organização formal disporia de racionalidade e eficácia. Logo, conforme a matriz teórica inspirada nesta distinção, a economia urbana dos países subdesenvolvidos seria composta por um conjunto de ações racionais e eficazes em oposição a um conjunto desarticulado de ações irracionais, ineficazes e arcaicas (Santos, 1976). No entanto, Santos adverte para o fato de que a economia pobre também funciona lógica e racionalmente, e que, ademais, as racionalidades econômicas são sempre múltiplas.

4. Do surgimento da teoria dos circuitos da economia urbana

Santos elabora suas primeiras contribuições teóricas sobre a temática da urbanização nos países subdesenvolvidos no início da década de 1970. Em *Les Villes Du Tiers Monde* (1971), já busca definir as realidades urbanas do Terceiro Mundo, distinguindo-as daquelas vigentes nos países desenvolvidos.

A teoria dos dois circuitos da economia urbana aparece primeiramente no último capítulo desta obra, aí o autor já distingue a co-existência de dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos resultantes da penetração das inovações nesses países: de um lado, um circuito superior composto por atividades tecnologicamente modernas; e, de outro lado, um circuito inferior composto pelas atividades que adotam soluções tecnológicas não modernas, recentes ou passadas (Santos, 1971). Neste momento, o autor atenta também para o fato de que os circuitos não constituem sistemas fechados, mas sub-sistemas interdependentes entre os quais estabelecem-se relações de complementaridade e competição (Santos, 1971).

Contudo, é em *L'Espace Partagé* (1975) que Santos elabora propriamente o modelo teórico em questão. A partir dos esforços de compreensão da urbanização e do impacto da modernização tecnológica sobre o espaço do Terceiro Mundo, elabora uma 'teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial' (1978), através da teoria dos dois circuitos da economia urbana em países sub-

desenvolvidos. Segundo Santos (1978), a segmentação presente na sociedade urbana em relação às possibilidades de satisfação das necessidades cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, as quais, por sua vez, são a causa e o efeito da existência de diferentes circuitos de produção, de distribuição e consumo nas cidades desses países.

As atividades urbanas e a população a elas associadas são distinguidas, assim, em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização que utilizam. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior³.

O circuito superior -composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores- é o resultado direto das modernizações que atingem o território. O circuito inferior, por sua vez, compreende o resultado indireto da modernização e constitui-se de formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo dos mais pobres.

Em *L'Espace Partagé* (1975), Santos aprofunda a idéia de que os circuitos da economia urbana devem ser vistos como subsistemas do sistema urbano, no qual todas as formas de trabalho estão integradas; de que eles têm a mesma origem, ainda que compreendam resultados diretos e indiretos da modernização. O autor insiste também no fato de que os circuitos não constituem sistemas fechados em

si mesmos, mas estabelecem entre eles relações de complementaridade e concorrência. As atividades de um circuito comandam *inputs* do outro e utilizam algumas de suas atividades e produtos como economias externas. Adverte, contudo, que as complementaridades não eliminam a concorrência e as hierarquias, sobretudo do circuito inferior que, em realidade, é dependente do circuito superior.

De acordo com Santos (1978), o tema dos circuitos da economia urbana é herdeiro do tema do dualismo, sendo este último mais antigo. Tal herança exemplifica o processo de edificação da história das idéias, o qual se caracteriza, segundo Berdoulay (2003), pela constante mudança dos sistemas de pensamento, mas também pela continuidade de determinadas idéias. No entanto, a teoria dos circuitos se propõe justamente a romper com o paradigma dicotômico da oposição entre moderno e tradicional⁴, capitalista e não-capitalista, assim como da consideração exclusiva do aspecto da produção, que não leva em conta as esferas da distribuição, do consumo e do emprego. Segundo McGee (1996: 454), a teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos “(...) *rompeu com a esterilidade do modelo dualista da estrutura econômica das cidades terceiro-mundistas e reconheceu a realidade dos circuitos de interação de capital, informação, bens e pessoas*”, revelando ainda como os dois subsistemas conformam uma estrutura urbana global. Os dois circuitos possuem, com efeito, a mesma origem, o mesmo conjunto de causas, re-

sultando das condições históricas de introdução das modernizações nos países periféricos.

Conforme afirma Sposito (2000: 52), a teoria dos circuitos da economia urbana pretende ser “*uma abordagem principalmente a partir de e para os países subdesenvolvidos*”. Destarte, em sua análise da urbanização do Terceiro Mundo, na qual leva em conta tanto sua dimensão histórica como a especificidade de seu espaço, Santos (1978) inovou ao sugerir a existência do circuito inferior. Ao considerar este circuito como um “(...) *elemento indispensável à apreensão da realidade urbana*” (Santos, 1978: 23), questiona as análises geográficas que priorizam o circuito superior e que tendem a confundir-lo com a totalidade da cidade. Propõe, por conseguinte, um novo instrumento metodológico, ou ainda um novo paradigma. “*Trata-se de um novo paradigma no sentido que é entendido por Kuhn (1962), quando diz que as ciências não evoluem pelo acúmulo de experiências baseadas em realidades historicamente ultrapassadas, mas pela descoberta de novas formas de abordagem em função das realidades do presente*” (Santos, 1978: 23).

Por fim, vale destacar que em *L'Espace Partagé* (1975), Santos aborda ainda diversos temas. Questiona, por exemplo, as interpretações das teorias dos pólos de desenvolvimento e dos lugares centrais aplicadas aos países subdesenvolvidos, revelando como tais modelos, não correspondem à realidade existente no Terceiro Mundo.

5. Reflexões e operacionalizações a partir da teoria dos circuitos da economia urbana

A teoria dos circuitos da economia urbana de Santos (1975) foi debatida e adotada por diversos autores em diferentes contextos. O início das reflexões suscitadas pela teoria data já da década de 1970. Vale ressaltar que abordamos aqui apenas algumas das análises inspiradas na teoria às quais tivemos acesso ou conhecimento, destarte, não pretendemos, assim, abarcar todas as reflexões e operacionalizações derivadas da teoria dos circuitos, pois imaginamos que as mesmas sejam em número bem maior.

Fundamentados na teoria dos circuitos, Missen e Logan (1977) buscam compreender as dinâmicas específicas do circuito inferior de Kelantan (Malásia) e suas implicações para o desenvolvimento regional. Destacam o papel fundamental do fracionamento das atividades neste circuito, assim como suas relações com o circuito superior. A partir daí, propõe uma distinção dos circuitos em Kelantan em função da direção do movimento das mercadorias, de sua destinação final e da localização dos intermediários. Apresentam ainda um importante quadro para avaliar os efeitos provocados por diferentes políticas regionais sobre os circuitos da economia urbana na região em questão.

Ao propor a categoria de proto-proletariado, McGee (1977) também se inspira na teoria dos circuitos da economia urbana, mais especificamente no circuito inferior (Santos, 1971). Inspirado nas idéias

de *bazaar economy* de Geertz (1963), de setor informal (Hart, 1973), na interdependência entre os circuitos da economia urbana (Santos, 1971) e nos debates sobre os modos de produção; McGee propõe combinar essas diferentes abordagens para definir o proto-proletariado como a população urbana do Terceiro Mundo engajada em um sistema de produção *peasant* cujas rendas provêm de oportunidades de trabalho tanto legais como ilegais (McGee, 1977).

Em artigo de 1975, Coutinas retoma o debate sobre a imprescindibilidade do estudo das pequenas atividades, normalmente negligenciadas, na análise do modo de organização do espaço urbano nos países periféricos. Para tanto, o autor se apóia na teoria dos circuitos da economia urbana de Santos (Coutinas, 1975). Dando continuidade aos propósitos de Coutinas, Mignon e Romann (1983), realizam um estudo sobre os circuitos da economia urbana nas cidades argelinas de Tlemcen e Saïda. Os autores avaliam a participação do emprego em cada circuito segundo os diferentes setores, abordam aspectos relativos ao financiamento, à localização e à composição das atividades em ambos os circuitos, além de analisar os diferentes tipos de relações estabelecidas entre os circuito inferior e superior em Tlemcen e Saïda (Mignon e Romann, 1983).

A teoria dos circuitos da economia urbana foi também evocada por Armstrong e McGee em debate de meados da década de 1980 (Armstrong e McGee, 1985). Em análise sobre a modernização e o consumo nas cidades latino-americanas,

atentam para o fato de que as políticas modernizadoras nesses países deveriam privilegiar uma reorganização produtiva que permitisse um aumento da produtividade e melhores condições de vida dos agentes do circuito inferior. Os autores aprofundam também o debate, já adiantado por Santos (1975), sobre o efeito-padrão dos hábitos de consumo das populações do Terceiro Mundo e sobre sua difusão para além principais centros destes países (Armstrong e McGee, 1985).

Em diferentes ocasiões, Santos refletiu sobre sua teoria dos circuitos da economia urbana (Santos, 1977; 1979; 1982). No início da década de 1970, já emprega a teoria em investigação sobre o funcionamento da economia urbana e regional argelina, ao analisar as relações intra e interurbanas a partir do comportamento econômico das diferentes camadas da população. Ao fim desta mesma década, Santos (1979) elabora uma análise sobre o circuito inferior em Lima, em um contexto de modernização da economia peruana e de agravamento dos desequilíbrios espaciais. O autor destaca sobretudo a força de atração da grande cidade e o papel auto-inflacionário da economia pobre, constantemente alimentada pelo fluxo migratório, ressaltando a importância de atividades como o pequeno comércio, o artesanato, a pequena indústria e o comércio ambulante. Em obra posterior (1982), Santos debruça-se sobre as articulações econômicas e espaciais entre os dois circuitos da economia urbana em Lima a partir da apreciação do papel dos intermediários e da análise da divisão do trabalho estabelecida entre atacadistas,

produtores, transportadores e vendedores. Destaca-se também, entre outras, a investigação realizada por Santos para a OIT, na qual o autor aplica seus conceitos dos circuitos da economia em Dar-es-Salaam e na Tanzânia (1980).

No Brasil, a teoria dos circuitos da economia urbana foi especialmente trabalhada por Corrêa (1988; 1996). No fim da década de 1980, Corrêa (1988) propõe que as redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos apresentam principalmente três modos de organização: ‘rede dentrítica de localidades centrais’, ‘mercados periódicos’ e ‘desdobramento da rede em dois circuitos’. A partir dos conceitos de alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo, busca mostrar como as cidades locais atuam sobretudo através do circuito inferior, como a centralidade das cidades intermediárias está atrelada à presença dos dois circuitos e, por fim, como a metrópole tem sua centralidade determinada pelo circuito superior. Destaca ainda o fato de que a hierarquia de localidades centrais só existe, efetivamente, para as populações de alto e médio status, e não para população pobre cuja mobilidade espacial é limitada. Para Corrêa, a teoria dos circuitos da economia combina o modelo de Christaller com a idéia de duas áreas de influência distintas de cada circuito em cada centro; “(...) *sem excluir a teoria das localidades centrais, a contribuição de Santos, na realidade, ultrapassa-a, enriquecendo-a*” (Corrêa, 1996: 77).

Sposito foi outro geógrafo brasileiro que buscou debater e aplicar a teoria dos circuitos (1983; 2000). Em artigo de

1983, propõe a análise de alguns aspectos da obra 'O Espaço Dividido' (Santos, 1978), a partir dos quais busca identificá-la com as correntes estruturalista e dialética. O autor destaca também as noções de escala, de tempo e de espaço trabalhadas conjuntamente na contribuição de Santos (1978) e as relações dialéticas entre os dois circuitos. Já em artigo mais recente (2000), ressalta o caráter prospectivo da teoria dos circuitos ao adiantar questões como o papel do desenvolvimento e da dependência tecnológica no Terceiro Mundo, a importância do sistema bancário, a segregação e a dependência do setor externo.

As reflexões e operacionalizações derivadas da teoria dos circuitos da economia urbana elencadas acima demonstram alguns dos caminhos teóricos e empíricos abertos por ela já explorados aos quais tivemos conhecimento até o momento presente.

6. Do esforço de atualização da teoria: os circuitos da economia urbana pensados no Brasil contemporâneo

Diante do potencial analítico abrigado pela teoria dos circuitos da economia urbana, diversos autores vêm buscando analisar os circuitos, em seus diversos aspectos, à luz das dinâmicas do período atual, ou seja, da globalização. Ao mesmo passo em que retomam a teoria, esses autores vêm buscando atualizá-la, repensá-la, 'ajustá-la' face aos novos processos que permeiam tanto o circuito

superior como o circuito inferior. Destacamos a seguir alguns autores brasileiros que vêm pensando os circuitos da economia urbana hoje no Brasil. Ressaltamos, contudo, que essa linha de investigação não se restringe aos mesmos e que outras pesquisas, não citadas aqui, também têm adotado esse partido de método proposto por Santos na década de 1970.

No Brasil, os principais esforços nesse sentido vêm sendo realizados por Silveira (2004; 2007a; 2007b). Em suas investigações recentes, a autora analisa as novas composições e as novas dinâmicas dos circuitos superior, superior marginal e inferior em diferentes cidades brasileiras. Segundo Silveira (2007b), podemos reconhecer no circuito superior os próprios motores da mais nova divisão territorial do trabalho que se pauta sobre conteúdos intensivos em técnica, ciência, informação e finanças, ou seja, sobre as variáveis determinantes da globalização. Contudo, no período atual essas mesmas variáveis tornam-se também dominantes na medida em que atingem e remodelam as demais divisões territoriais do trabalho, ou seja, os circuitos inferior e superior marginal. Diante de um contexto de intensa modernização e urbanização do território brasileiro durante as últimas três décadas, o país se transforma cada vez mais em uma arena de produções modernas e globalizadas, abrigando um denso circuito superior, o qual, todavia, não deixa de estar acompanhado de um profuso circuito inferior também em expansão (Silveira, 2007a). Neste novo cenário, estabelecem-se, segundo a autora, entrecruzamentos e invasões entre

os circuitos, tornando-os crescentemente complexos face às mais diferentes combinações de conteúdos de capital, tecnologia e organização abrigados pelas atividades urbanas atualmente.

Nesta mesma linha de investigação encontram-se os trabalhos de Almeida (2000), Montenegro (2006, 2009), Bicudo Jr. (2006), Oliveira (2010), Di Nucci (2010), entre outros. Em sua investigação sobre a metropolização e a periferização das grandes cidades brasileiras, Almeida (2000) revela como o processo de periferização do tecido urbano deriva de um uso corporativo das metrópoles brasileiras que privilegia as atividades modernas e uma minoria da população; enquanto as demandas e a sobrevivência de grande parte de seus habitantes dependem da proliferação das atividades do circuito inferior. Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo (Montenegro, 2006), buscamos realizar uma análise sobre as dinâmicas que perpassam e definem o circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período atual, ou seja, no período da globalização. A partir da seleção de determinadas áreas da cidade de São Paulo que aparecem como verdadeiros 'focos de concentração' do circuito inferior, procuramos compreender como se caracteriza este circuito hoje e, também, como este se relaciona com as variáveis centrais do período atual, ou seja, a técnica, a informação, o consumo, a publicidade e as finanças. Orientados pela preocupação de ver a cidade como uma totalidade interconectada por diversas divisões do trabalho, em diferentes pedaços do meio construído (Montene-

gro, 2009), buscamos entender como o território constitui um abrigo para os atores não-hegemônicos, na medida em que comporta atividades tão distintas em termos de graus de organização e de capital.

A partir da análise da produção de medicamentos em pequenos laboratórios nas cidades brasileiras, Bicudo Jr. (2006), por sua vez, explora o conceito de circuito superior marginal para examinar um subsistema da indústria farmacêutica composto de ações ligadas às lógicas da modernização mas dotadas de menor conteúdo em técnica, ciência e informação. Já Oliveira (2010) discute as transformações da economia urbana de Londrina (Paraná) e a dinâmica de seu meio construído a partir do aprofundamento da análise de três atividades do circuito inferior da economia urbana: o pequeno comércio estabelecido de camelôs, o serviço de mototáxi e o serviço de entregas realizado por motoboys. Embora a pesquisa de Di Nucci (2010) não seja realizada no território brasileiro, a mesma encontra-se nesta mesma linha de investigação. A autora examina a existência dos dois circuitos da economia urbana no processo de fabricação de refrigerantes na Argentina, destacando como as possibilidades técnicas do período atual permitem o surgimento e a reprodução de um circuito inferior na etapa de produção dessas bebidas.

Esforços importantes na aplicação da teoria dos circuitos da economia aos dias de hoje também vêm sendo realizados por L. Santos e Serpa (2000) e Serpa e Porto (2007). Em análise sobre as peri-

ferias urbanas de Salvador, L. Santos e Serpa (2000) demonstram como estas abrigam tanto atividades do circuito inferior como do circuito superior diante da presença crescente de agências bancárias e redes atacadistas em coexistência com um intenso comércio de vizinhança. Em pesquisa mais recente, Serpa e Porto (2007) investigam as características das feiras livres na cidade de Itapetinga (Bahia) e arredores que permitem identificá-las com o circuito inferior da economia urbana.

Trindade Jr. também se destaca entre os autores contemporâneos que adotam a teoria dos circuitos em suas pesquisas. Ao analisar a apropriação da orla fluvial de Belém, o autor constrói uma tipologia de agentes produtores deste espaço, na qual destaca, entre outros, os agentes do circuito inferior da economia urbana aos quais atribui usos e formas de apropriação específicas (Trindade Jr., 2005).

No período atual, face à aceleração dos rebatimentos da globalização nas cidades dos países subdesenvolvidos e de suas contraditórias implicações, assiste-se tanto ao despertar de novos temas como à persistência de velhas questões de método (Silveira, 2008), haja vista, por exemplo, a força paradigmática que a noção de setor informal possui ainda nos dias de hoje.

Cabe-nos, contudo, realizar uma reflexão rigorosa sobre as novas dinâmicas que caracterizam os circuitos da economia urbana, explorando o potencial analítico abarcado pela teoria dos circuitos elaborada por Santos na década de 1970, mas também buscando atualizá-la à luz

das variáveis que definem o período da globalização.

7. Notas

- 1 Destaca-se também, neste momento, a emergência dos conceitos ‘setor terciário primitivo’ (Beaujeu-Garnier, 1965) e ‘setor terciário refúgio’ (Lambert, 1965) que buscavam aproximar-se das especificidades das atividades do setor terciário nas cidades dos países subdesenvolvidos, nos quais a urbanização se caracterizava pela explosão demográfica e pelo inchaço do terciário.
- 2 No Brasil, a entrada dos temas urbanos nas ciências sociais se deu com mais força na década de 1970, coincidindo assim com a discussão sobre o chamado ‘desenvolvimento dependente’ e sobre a constituição do mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos, onde o ‘setor informal’ cumpriria um papel central. “*Segundo a visão então vigente, oriunda da teoria da convergência ou desenvolvimento aplicada às dinâmicas urbanas, a existência de intensa pobreza urbana associada a um enorme mercado informal de trabalho seria produto, nos países em desenvolvimento, de ritmos de migração do rural ao urbano superiores ao ritmo de geração de postos de trabalho permanentes promovidos pela industrialização. Essas populações, qualificadas por essa literatura de ‘marginais’ seriam caracterizadas por sua inserção incompleta na estrutura social urbana (...)*” (Marques, 2005: 21).
- 3 As demais variáveis que definem as características dos circuitos da economia urbana são: emprego, assalariado, estoques, preços,

crédito, margem de lucro, relações com a clientela, custos fixos, publicidade, reutilização dos bens, *overhead capital*, ajuda governamental e dependência direta do exterior. Dentro de cada circuito as características se articulam conformando um sistema, por outro lado, cada característica de um circuito tem sua correspondente oposta no outro circuito; conformando-se assim uma oposição dialética entre ambos (Santos, 1976).

- 4 Segundo Santos, os termos moderno e tradicional seriam bastante controversos para definir respectivamente os circuito superior e inferior. Por um lado, as atividades do circuito superior não são determinadas pela data de sua criação, mas por sua incorporação e modo de funcionamento nos países subdesenvolvidos. Por outro lado, as atividades do circuito inferior são estruturalmente subordinadas às condições da modernização e sofrem um constante processo de transformação e adaptação, não podendo, por conseguinte, ser definidas como tradicionais (Santos, 1976).

8. Referencias citadas

- ALMEIDA, E. P. 2000. *A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional*. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo Brasil. Dissertação de Mestrado.
- ARMSTRONG, W. & T. McGEE. 1968. **Revolutionary Change and the Third World City**. Civilisations. London-United Kingdom.
- ARMSTRONG, W. & T. McGEE. 1985. **Theatres of accumulation**. *Studies in Asian and Latin American Urbanization*. University Press. Cambridge-United Kingdom.
- BEAUJEU-GARNIER, J. 1965. **Trois milliards d'hommes**. Hachette. Paris-France.
- BERDOULAY, V. 2003. *A Abordagem Contextual*. **Espaço e Cultura**. 16: 47 56.
- BICUDO JR, E. C. 2006. *O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro*. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo Brasil. Dissertação de Mestrado.
- BOEKE, J. H. 1953. **Economics and Economic Policy of Dual Societies, as exemplified by Indonesia**. Tjeenk Willink. Harleem-United Kingdom.
- CLAVAL, P. 1995. **Histoire de la Géographie**. Presses Universitaires de France. Paris-France.
- CORRÊA, R. L. 1988. *As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos*. **Revista Brasileira de Geografia**. 50 (1): 61 83.
- CORRÊA, R. L. 1996. **Trajetórias Geográficas**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro-Brasil.
- COUTSINAS, G. 1975. *A propos des deux circuits de l'économie urbaine*. **Revue Tiers Monde**. 64 (XVI): 773 781.
- DI NUCCI, J. 2010. Divisiones territoriales del trabajo y circuitos de la economía urbana en ciudades argentinas: las posibilidades técnicas de la producción de bebidas gaseosas en el circuito inferior. *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre - Brasil (25 30 de Julio). [On line] <http://www.agb.org.br/xvieng/anais/esc.php?orderBy=inscicoes.nome>
- EDWARDS, R. 1979. **Contested terrain. The transformation of the workplace in**

- the Twentieth Century.** Basic Books Inc. New York-United States.
- GEERTZ, C. 1963. **Peddlers and Princes.** University of Chicago Press. Chicago-United States.
- HART, K. 1973. *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana.* **Journal of Modern African Studies.** II: 61 89.
- HOSELITZ, B. 1960. **Sociological aspects of economic growth.** The Free Press. New York-United States.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). 1972. *Employment, Incomes and Equality. A strategy for Increasing Productive Employment in Kenya.* Genebra.
- KUHN, T. 1962. **The structure of scientific revolutions.** University of Chicago Press. Chicago- United States.
- LAMBERT, D. 1965. *L'urbanisation accélérée de l'Amérique Latine et la formation d'un secteur tertiaire refuge.* **Civilisations.** 15: 309 325.
- LAUTIER, B. 1994. **L'économie informelle dans le Tiers Monde.** Editions La Découverte. Paris-France.
- LEWIS, A. 1954. **Economic Development with Unlimited Supplies of Labor.** School of Economics and Social Studies. Manchester-United Kingdom.
- MARQUES, E. C. 2005. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. En: MARQUES, E. C. & TORRES, H. (eds). **São Paulo. Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais.** 19 56. Editora Senac. São Paulo.
- McGEE, T. 1967. **The Southeast Asian City: A Social Geography of the Primate Cities of Southeast Asia.** G. Bell and Sons Ltd. London-United Kingdom.
- McGEE, T. 1971. **The Urbanization Process in the Third World: Explorations in Search of a Theory.** G. Bell and Sons Ltd. London-United Kingdom.
- McGEE, T. 1977. The persistence of the proto-proletariat: occupational structures and planning of the future of third world cities. En: ABU-LUGHOD, Janet y HAY, R. (eds.). **Third World Urbanization.** 257 270. Methuen. New York.
- McGEE, T. 1996. Geografia e Desenvolvimento: Crise e Renovação. En: SOUZA, M. A. A. de (ed). **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo.** 451 458. Hucitec. São Paulo.
- MIGNON, J. M. & D. ROMANN. 1983. *Deux circuits de l'économie urbaine en pays dominé. Tlemcen, Saïda (Algérie).* **Revue Tiers Monde.** 95 (24): 669 682.
- MISSEN, J. & M. LOGAN. 1977. *National and Local Distribution Systems and Regional Market : the case of Kelantan in West Malaysia.* **Antipode.** 3 (9): 60 74.
- MONTENEGRO, M. R. 2006. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização.* Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo Brasil. Dissertação de Mestrado.
- MONTENEGRO, M. R. 2009. *O circuito inferior central na cidade de São Paulo em sua relação com a densidade de fluxos e com o meio construído.* **Mercator.** 08 (15): 37 48.
- OLIVEIRA, E. L. 2009. *Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina-PR.* Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo Brasil. Tese de Doutorado.
- QUIJANO, A. 1972. *La Constitución del Mundo de la Marginalidad Urbana.* **Revista Eure.** 3 (5): 89 106.

- REDFIELD, R. & M. SINGER. 1954. *The cultural role of cities. Economic Development and Cultural Change*. 3 (1): 53 73.
- ROSTOW, W. W. 1974. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Zahar. Rio de Janeiro-Brasil.
- SANTOS, M. 1971. **Les Villes du Tiers Monde**. Éditions M.-TH. Génin Librairies Techniques. Paris-France.
- SANTOS, M. 1975. **L'Espace Partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés**. Éditions M.-TH. Génin Librairies Techniques, 1975. Éditions M.-TH. Génin Librairies Techniques. Paris-France.
- SANTOS, M. 1976. *Le circuit inférieur: le soi-disant 'secteur informel'*. **Les Temps Modernes**. 364 (XXX): 740 755.
- SANTOS, M. 1977. *Spatial dialectics: The two circuits of urban economy in underdeveloped countries*. **Antipode**. 3(09): 49 60.
- SANTOS, M. 1978. **O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Francisco Alves. Rio de Janeiro-Brasil.
- SANTOS, M. 1979. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. Hucitec. São Paulo-Brasil.
- SANTOS, M. 1980. *Os dois circuitos da economia em Dar-es-Salaam e na Tanzânia: realidades e perspectivas*. Organização Internacional do Trabalho (relatório), mimeo (Inédito).
- SANTOS, M. 1982. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana**. Hucitec. São Paulo-Brasil.
- SANTOS, J. L. e A. SERPA. 2000. *A Produção Espacial do Comércio e dos Serviços nas Periferias Urbanas: Um Estudo de Caso em Salvador*. **Geosp**. 8: 45-65.
- SERPA, A.; PORTO, G. C. S.; SERPA, A. e G. C. S. PORTO. 2007. Circuito Inferior da Economia Urbana: O Contexto das Feiras Livres de Itapetinga (BA) e Arredores. *Anais do X Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Florianópolis-Brasil (29 outubro 2 novembro). [On line] <http://www.xsimpurb.ufsc.br/>.
- SILVEIRA, M. L. 2004. *Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas*. **Cuaderno del CENDES**. 57 (21): 121.
- SILVEIRA, M. L. 2007a. *Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de la economía urbana*. **Revista Eure**. 100 (XXXIII): 149 164.
- SILVEIRA, M. L. 2007b. Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana. *Anais do X Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Florianópolis-Brasil (29 outubro 2 novembro). [On line] <http://www.xsimpurb.ufsc.br/>
- SILVEIRA, M. L. 2008. Metrópoles do Terceiro Mundo: da história ao método, do método à história. En: SILVA, Cátia Antônia y CAMPOS, Andreilino. (eds.). **Metrópoles em mutação. Dinâmicas territoriais, poder e vida coletiva**. 17 35. Revan. Rio de Janeiro.
- SJOBERG, G. 1960. **The Pre-industrial City**. The Free Press. New York-United States.
- SLATER, D. 1982. **Capitalismo y Desarrollo Regional**. Publicación del CEDLA. Amsterdam-Netherlands.
- SPOSITO, E. S. 1983. *O Espaço Dividido: Elementos para Discussão*. **Revista de Geografia**. 2: 151 154.
- SPOSITO, E. S. 2000. A Teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento ou sua supe-

ração?. En: SOUZA, A. *et al.* (eds.). **Milton Santos. Cidadania e Globalização**. 51 56. AGB/ Saraiva. Bauru.

TRINDADE JR., S. C. 2005. *Entre o público e o privado: agentes de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará (Brasil)*. **Scripta Nova**. 194 (IX) [On line] <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-08.htm>.